

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS

Revista de Letras

Série II
N.º 5

Dezembro de 2006
Vila Real

REVISTA DE LETRAS

DIRECÇÃO

Carlos Assunção e José Esteves Rei

CONSELHO DE REDACÇÃO

Carlos Assunção, José Esteves Rei, Maria da Assunção Monteiro, Henriqueta Gonçalves, José Manuel Cardoso Belo, Olinda Santana, Rui Guimarães, Armindo Mesquita, Fernando Moreira, Laura Bulger, Luísa Soares, Isabel Alves, José Barbosa Machado, Gonçalo Fernandes, Anabela Oliveira, Helena Santos, Orquídea Ribeiro, Milton Azevedo, Maria do Céu Fonseca.

CONSELHO CIENTÍFICO

Amadeu Torres, *Universidade Católica Portuguesa e Universidade do Minho*

António Fidalgo, *Universidade da Beira Interior*

Aurora Marco, *Universidad de Santiago de Compostela*

Bernardo Díaz Nosty, *Universidad de Málaga*

Carlos Assunção, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*

Daniel-Henri Pageaux, *Sorbonne Nouvelle Paris III*

Fátima Sequeira, *Universidade do Minho*

Fernando Moreira, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*

Gonçalo Fernandes, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*

Henriqueta Gonçalves, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*

Jorge Morais Barbosa, *Universidade de Coimbra*

José Cardoso Belo, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*

José Esteves Rei, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*

Mário Vilela, *Universidade do Porto*

Maria da Assunção Monteiro, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*

Maria do Céu Fonseca, *Universidade de Évora*

Milton Azevedo, *University of California, Berkeley*

Nair Soares, *Universidade de Coimbra*

Norberto Cunha, *Universidade do Minho*

CAPA

José Barbosa Machado

COMPOSIÇÃO E REVISÃO

Gonçalo Fernandes e Marlene Loureiro

TIRAGEM

200 exemplares

EDITOR

Sector Editorial dos SDE

IMPRESSÃO

Serviços Gráficos da UTAD

Apartado 1013

5001-801 Vila Real

PORTUGAL

REVISTA DE LETRAS

Revista de Letras / ed. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Letras; Centro de Estudos em Letras; dir. Carlos Assunção e José Esteves Rei; org. Henriqueta Gonçalves, Gonçalo Fernandes, Anabela Oliveira; Comp. Gonçalo Fernandes, Marlene Loureiro – Série II, nº 5 (Dezembro de 2006) - .- Vila Real: UTAD, 2007 - .- Continuação de: Anais da UTAD.- Contém referências bibliográficas. – Anual.

ISSN: 0874-7962 Depósito Legal: 199202/03

I. Assunção, Carlos, dir / II. Rei, José Esteves, dir / III. Gonçalves, Henriqueta, org. / IV. Fernandes, Gonçalo, org. / V. Oliveira, Anabela, org. / VI. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Departamento de Letras. Centro de Estudos em Letras, ed. Lit./

1. Linguística - - [Periódicos] / 2. Literatura Portuguesa - - estudos críticos - - [Periódicos] / 3. Didáctica - - [Periódicos] / 4. Cultura Portuguesa - - [Periódicos] / Comunicação (Literária) - - Didáctica.

CDU: 81 (05) / 821.134.3.09 (05) / 37.02 (05) / 008 (469)(05) / 808.56 (05) / 37.02 (05)

Aspectos críticos da nova Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário

Gonçalo Fernandes
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, CEL
gf@utad.pt

Resumo

No final de 2004, o Estado português aprovou uma nova *Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário* (TLEBS), através da Portaria n.º 1.488/2004, de 24 de Dezembro, que veio substituir a *Nomenclatura Gramatical Portuguesa*, publicada oficialmente a título experimental em 1967 mas em vigor até aos dias de hoje, pela Portaria n.º 22.664/67, de 28 de Abril. Depois de três décadas “experimentais”, a *Nomenclatura Gramatical Portuguesa* foi sendo invadida por diversas correntes linguísticas chegadas entretanto à universidade portuguesa (Estruturalismo, Funcionalismo e especialmente o Generativismo Transformacional, etc.) e, através dos (ex-)alunos, aos ensinos Básico e Secundário. Tal facto criou uma situação pedagógica insustentável para os responsáveis ministeriais, que viam os alunos de norte a sul do país usarem termos diversos para o mesmo elemento / função gramatical. Neste ano lectivo (2005-2006), a TLEBS está em vigor em todo o Ensino Secundário, do 10.º ao 12.º anos de escolaridade, e espera-se, já no próximo ano, o seu alargamento ao Ensino Básico.

No entanto, têm sido muitos os problemas didácticos sentidos na adopção da nova terminologia pelos docentes de Português e de Língua Portuguesa nos ensinos básico e secundário, em virtude de terem algumas falhas de formação inicial e haver alguns dados contraditórios na TLEBS. Por isso, propomo-nos analisar algumas situações que têm sido alvo de dúvidas e mesmo de críticas por parte de vários professores, especialmente no referente às Classes de Palavras, à Sintaxe e à Semântica Frásica.

0. Introdução

No final de 2004, o Estado português aprovou uma nova *Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário* (TLEBS), através da Portaria n.º 1.488/2004, de 24 de Dezembro, cuja base de dados pode ser consultada on-line, via internet, no endereço da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação: <http://www.dgidc.min-edu.pt/TLEBS/terminologia.asp>. A TLEBS veio substituir a *Nomenclatura Gramatical Portuguesa*, publicada oficialmente a título experimental em 1967 mas em vigor até aos dias de hoje, pela Portaria n.º 22.664/67, de 28 de Abril.

Depois de três décadas “experimentais”, a *Nomenclatura Gramatical Portuguesa* foi sendo invadida por diversas correntes linguísticas chegadas entretanto à universidade portuguesa (Estruturalismo, Funcionalismo e especialmente o Generativismo Transformacional, etc.) e, através dos (ex-)alunos, aos ensinos Básico e Secundário. Tal facto criou uma situação pedagógica insustentável para os responsáveis ministeriais, que viam os alunos de norte a sul do país usarem termos diversos para o mesmo elemento / função gramatical. Com efeito, a TLEBS “visa contribuir para dar resposta a um conjunto vasto de problemas, de natureza científica e pedagógica, que tem vindo a ser identificado no campo do ensino da língua portuguesa” (*Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário* 2002: Objectivos e Princípios).

A nova TLEBS resultou “de uma iniciativa do Departamento do Ensino Secundário, a que se juntou o Departamento da Educação Básica (...), tendo sido co-responsável pela realização desta tarefa a Associação de Professores de Português. Na primeira fase, foram envolvidos 15.000 professores dos ensinos básico e secundário” (TLEBS 2002: equipa de trabalho). Foi um longo processo negocial entre os centros de linguística das universidades portuguesas e a Associação de Professores de Português, que nasceu com o Projecto Falar (Formação de Acompanhantes Locais: Aprendizagem em Rede), a partir de 1997, com “um conjunto de acções amplamente participado com vista à elaboração de uma Nomenclatura Gramatical para os Ensinos Básico e Secundário. Dessas acções (...) resultaram alguns documentos, com destaque para a *Proposta de Nomenclatura Gramatical para os Ensinos Básico e Secundário*, elaborada por um grupo de trabalho, coordenado por Carlos Assunção e José Esteves Rei, no âmbito do Projecto Falar” (TLEBS 2002: Objectivos e Princípios).

A TLEBS divide-se em quatro grandes domínios identificados com letras: **A** – **Língua comunidade linguística, variação e mudança** (Comunidade linguística; Língua e falante; Variação e normalização linguística; Tipologia linguística; Contacto entre línguas e Mudança linguística), **B** – **Linguística descritiva** (Fonética e Fonologia; Morfologia; Classes de palavras; Sintaxe; Semântica lexical; Semântica Frásica e Pragmática e Linguística Textual), **C** – **Dicionário** (lexicografia) e **D** – **Grafia** (Representação gráfica da linguagem oral).

A TLEBS foi inicialmente adoptada “a título de experiência pedagógica” (Ministério da Educação: Portaria n.º 1.488/2004, de 24 de Dezembro), “por um período de três anos, com a finalidade de ser um instrumento de referência para as práticas pedagógicas dos professores das disciplinas de Língua Portuguesa e de Português, bem como para a produção de documentos pelo Ministério da Educação em matéria de ensino e divulgação da língua portuguesa” (Ministério da Educação: Portaria n.º 1.147/2005, de 8 de Novembro), com a o início previsto no ano lectivo de 2004-2005, mas, devido à publicação tardia da Portaria 1.488 no que respeita ao início do ano lectivo, a distribuição da base de dados em suporte digital só ter sido realizada em Março de 2005 e terem sido verificadas dificuldades de implementação e de utilização plena da TLEBS, especialmente no ensino básico, o governo, revogou os n.os 4.º e 9.º da Portaria n.º 1.488/2004, de 24 de Dezembro, e remeteu o início dessa experiência pedagógica para o ano lectivo 2005-2006, em escolas seleccionadas do ensino básico, sendo alargada a experiência ao universo das escolas básicas em 2006-2007.

Por outro lado, a “utilização da TLEBS no ensino secundário decorre[u] da implementação do novo programa de Português. O texto programático, no que se refere às competências de funcionamento da língua, recorre[u] aos termos definidos na TLEBS, pelo que os docentes deste nível de ensino tomaram conhecimento da terminologia adoptada desde a discussão pública do projecto de programa, que se iniciou em 2001” (Ministério da Educação: Portaria n.º 1.147/2005, de 8 de Novembro). Assim, em 2005-2006, a TLEBS já está em vigor em todo o Ensino Secundário, do 10.º ao 12.º anos de escolaridade. Por outro lado, a Directora-Geral da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, Cristina Paulo, através da Circular n.º 14/2005, de 14 de Novembro, esclareceu que:

A Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário (TLEBS) não se sobrepõe aos textos programáticos em vigor, mas actualiza-os. Tal significa que os professores deverão considerar, da TLEBS, apenas os termos correspondentes aos ciclos de ensino leccionados, definidos pelos

programas em vigor e pelo Currículo Nacional;

O peso dado ao trabalho do Funcionamento da Língua (ou Conhecimento Explícito da Língua) é o definido pelos programas em vigor para os vários ciclos de ensino, não pretendendo a TLEBS, nem os documentos legais que a adoptam, alterar as orientações programáticas neste sentido;

A base de dados distribuída pelas escolas e disponível para consulta e instalação a partir da página de Internet da DGIDC é um documento de apoio aos docentes, sem carácter explicativo, que deverá ser objecto de reflexão e de estudo antes de integrar as práticas lectivas. Como tal, não se destina a alunos;

No que se refere aos exames nacionais no Ensino Básico, e de acordo com informação do GAVE, no final do corrente ano lectivo não estarão reunidas as condições de aplicação da TLEBS nos exames nacionais de Língua Portuguesa do 9.º ano, uma vez que a sua experimentação apenas se concretizará numa amostra de escolas seleccionadas;

No caso do exame do 12.º ano, o documento de referência para a realização do respectivo exame nacional é o programa da disciplina de Português, homologado em 2002. Assim, será tida em consideração a terminologia dele constante, considerando, portanto, os aspectos comuns à TLEBS publicada na Portaria n.º 1488/2004.

Perante isto, algumas falhas de formação inicial e alguns dados contraditórios da TLEBS, os professores de Português / Língua Portuguesa dos ensinos básico e secundário têm sentido inúmeras dificuldades na adopção da nova terminologia. Por isso, propomo-nos analisar algumas situações que têm sido alvo de dúvidas e mesmo de críticas por parte de vários professores, especialmente no referente às Classes de Palavras, à Sintaxe e à Semântica Frásica.

1. Classes de Palavras

Inês Duarte apresenta dez subclasses de palavras dentre as palavras variáveis e invariáveis. À primeira classe, refere seis subclasses:

- o **nome** (próprio e comum, concreto e abstracto, contável e não contável, colectivo, animado e não animado, humano e não humano, epiceno, sobrecomum e comum de dois);

- o **adjectivo** (qualificativo e numeral);

- o **verbo** [principal (impessoal, intransitivo, transitivo directo, transitivo indirecto e transitivo directo e indirecto), copulativo e auxiliar (dos tempos compostos, da passiva, temporal, aspectual e modal)];

- o **pronome** (pessoal, demonstrativo, possessivo, indefinido, relativo e interrogativo);

- o **determinante** [artigo (definido e indefinido), demonstrativo, possessivo e nulo];

- e o **quantificador** (universal, indefinido, numeral, relativo e interrogativo).

Da segunda classe (palavras invariáveis), apresenta 4 subclasses:

- a **preposição** e locução prepositiva;

- o **advérbio** e locução adverbial [de negação, adjunto (de tempo, de lugar, de modo), disjunto (de afirmação, dúvida ou de outra forma de orientação para a atitude do falante face ao conteúdo proposicional, vg, *certamente*, *efectivamente*, *realmente*, *felizmente*, *infelizmente*, *obviamente*, etc.), e conectivo (com a função de conexão entre elementos frásicos, vg, *assim*, *contrariamente*, *primeiro*, *depois*, *finalmente*, *consequentemente*, etc.);

- a **conjunção** e locução conjuntiva [coordenativa (copulativa, adversativa, disjuntiva, conclusiva) e subordinativa (completiva, causal, final, temporal, concessiva, condicional, comparativa e consecutiva);

- e a **interjeição** (de alegria, animação, aplauso, desejo, dor, espanto ou surpresa, impaciência, invocação, silêncio, suspensão e terror).

1.1. Quantificador

Nesta classificação, Inês Duarte apresenta uma nova classe de palavras, o quantificador, como uma “palavra que especifica um nome, precedendo-o, e que contribui para a construção do seu valor referencial, com informações sobre o número, a quantidade ou a parte das entidades designadas” (TLEBS 2002: B3.1.8.2.), distinguindo os indefinidos [*algum*, *alguns*, *bastantes*, *certo(s)*, *outro(s)*, *pouco*, etc.], os interrogativos [*que*, *quanto(s)*, *quanta(s)*], os relativos [*cujo(s)*, *quanto(s)*, *quanta(s)*], universal [*todo(s)*, *toda(s)*, *ambos*, *cada*, *qualquer*], e os numerais, mas não se percebe integralmente a sua diferença com o determinante (*indefinido*, *interrogativo* e *relativo*) e o adjetivo, especialmente o numeral. A opção de Mário Vilela e de Lindley Cintra e Celso Cunha de pressupor a existência de uma classe de palavras autónoma, o numeral, ou do adjetivo numeral (Vilela 1995: 191; Cunha & Cintra 1987: 367) seria, na minha óptica, preferível, bem como da manutenção da noção de determinante, já que “especifica um nome, precedendo-o”.

1.2. Advérbios Disjuntos e Conectivos

A designação das subclasses dos advérbios é muito confusa e, se bem que as designações tradicionais obedeciam quase exclusivamente a critérios semânticos

e, portanto, eram insuficientes, as propostas de Inês Duarte não são muito esclarecedoras. A designação de advérbio de frase, na perspectiva de Malaca Casteleiro (Casteleiro 1982) ou de advérbios de enunciado, de Mário Vilela (Vilela 1995: 194-196), parecem-me melhores que advérbios disjuntos e conectivos, uma vez que há já alguma tradição entre os linguistas.

1.3. Conjunções Coordenativas Explicativas

Por outro lado, a autora esqueceu-se das conjunções coordenativas explicativas, que estão já consagradas em muita literatura da especialidade. Veja-se, por exemplo, Lindley Cintra e Celso Cunha, quando afirmam que as conjunções explicativas são aquelas “que ligam duas orações, a segunda das quais justifica a ideia contida na primeira. São as conjunções *que, porque, pois, porquanto*” (Cunha & Cintra 1987: 577).

1.4. Partículas Discursivas

Inês Duarte também não aproveitou as pesquisas feitas na área da Pragmática e obliterou as designações de partículas discursivas, em particular as modais (Vilela 1995: 198-201; Franco 1988, 1990, 1991), as topográficas, as argumentativas, as escalares (Fernandes 1996; Fernandes 1998: 83-93) e as interaccionais (Schmidt-Radefeldt 1993: 63-78). Perdeu-se, deste modo, uma excelente oportunidade de corrigir aquilo que Lindley Cintra e Celso Cunha disseram *mutatis mutandis* a este propósito, quando propuseram a designação de palavras denotativas, para classificar “certas palavras, por vezes enquadradas impropriamente entre os advérbios” (Cunha & Cintra 1987: 548), “por vezes de classificação extremamente difícil” (*ibidem*: 549):

A denominação de palavras denotativas foi proposta pelo professor José Oiticica em seu Manual de Análise (Léxica e Sintática), 6.^a ed. refundida, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1942, p. 50-55. Á falta de uma designação mais precisa e mais generalizada, adoptamos provisoriamente esta, embora reconhecendo que «denotar» é próprio das unidades lexicais em geral (*ibidem*: 548, nota 2)

1.5. Determinante Nulo

Também não se percebe o motivo por que apresenta o determinante nulo, isto é, aquele determinante “sem realização lexical que ocorre em grupos nominais e cujo núcleo é um nome comum não contável no singular (...) ou um nome comum contável no plural” (TLEBS 2002: B3.1.6.4.), como nas frases: “Quero [-]

areia para construir a minha casa” (*ibidem*); “Quero [-] flores bonitas” (*Ibidem*). Ora, se não tem realização lexical e se não existe qualquer elipse, não há qualquer determinante.

2. Sintaxe

A Sintaxe é também um subdomínio da Linguística Descritiva e da autoria de Inês Duarte. Os problemas mais significativos têm a ver com a classificação da frase complexa e das funções sintácticas.

2.1. Frases / Orações

Há uma clara omissão da autora em sistematizar as orações / frases coordenadas, que, na *Nomenclatura Gramatical Portuguesa* de 1967, eram copulativas, adversativas, disjuntivas, conclusivas e explicativas, mas que agora não figuram na TLEBS. Contudo, se fizermos um excuro a partir da classificação das conjunções, teremos apenas quatro orações / frases coordenadas, deixando de existir as orações explicativas.

Por outro lado, o conceito de oração (*clause*) deixa de fazer parte da terminologia portuguesa, o que vai acarretar sérios problemas epistemológicos e didácticos. Deixa de se perceber o conceito exacto de frase (*sentence*), uma vez que agora há uma mistura dos conceitos da estrutura profunda (*deep structure*) e da estrutura de superfície (*surface structure*), na metalinguagem do generativismo transformacional chomskiano. Por isso, a partir da TLEBS a frase tanto pode ser simples, complexa, finita, não finita gerundiva, não finita infinitiva, não finita participial, coordenada, subordinante, subordinada [**substantiva** (completiva e relativa sem antecedente), **adjectiva** (relativa com antecedente explicativa e relativa com antecedente restritiva) e **adverbial** (causal, final, temporal, concessiva, condicional, comparativa e consecutiva)]. Nunca é, porém, explicada a razão da opção substantiva, adjectiva e adverbial.

Segundo esta classificação, deixa de haver orações / frases interrogativas indirectas, no grupo das frases substantivas, e a designação de completiva integrante também já não faz parte do vocabulário dos professores de Português, ainda que Inês Duarte volte a referir as interrogativas indirectas na ficha (do tipo) da frase interrogativa: “frase que corresponde à formulação de uma pergunta, ou seja, frase que enuncia um pedido de informação (...) ou de acção (...). As interrogativas directas [“Comeste a sopa”] podem ser simples, enquanto as interrogativas indirectas [“O João perguntou se comeste a sopa”] são subordinadas substantivas completivas”

(TLEBS 2002: B4.2.2.).

A acrescentar a isto, h uma contradição interna na TLEBS, particularmente na Semantica Frásica, sobre “o valor das orações relativas” (TLEBS 2002: B6.3.3.), da autoria de Henriqueta Costa Campos, Clara Nunes Correia e Ana Macario Lopes, onde referem as autoras que “as orações relativas adquirem valores semanticos diferentes de acordo com os seguintes critérios: a) se restringem o Grupo Nominal que as antecede (...), dizendo-se que têm valor restritivo; b) se funcionam como aposto do Grupo Nominal (...), tendo neste caso, valor explicativo. Estes valores estão ainda dependentes do tipo de antecedente que pode ser uma expressão referencial definida ou de uma expressão referencial indefinida e das diferentes propriedades semanticas do nome, núcleo do antecedente (...). Estas restrições podem bloquear a dicotomia baseada nos valores restritivo / explicativo das orações restritivas” (*ibidem*). Assim, consoante os autores da TLEBS, ora temos orações relativas ora frases relativas.

2.2. Funções Sintticas

2.2.1. Sujeito Nulo Expletivo

Pela primeira vez, aparece na terminologia o conceito de sujeito nulo expletivo, a par do subentendido e do indeterminado. Ora, se o sujeito nulo expletivo é o “sujeito gramatical de verbos impessoais, que não é seleccionado semanticamente pelo verbo” (TLEBS 2002: B4.3.1.2.3.) e se “no Português padrão, o sujeito expletivo não tem realização lexical, não podendo alternar com formas de pronome pessoal” (*ibidem*), como, por exemplo, nas frases “[Ele] anoiteceu de repente”, “[Ele] há muitas pessoas bondosas no mundo”, “[Ele] faz hoje três anos que cheguei a esta parte” e “[Ele] foi por altura do verão que o vi pela primeira vez”, o sujeito nulo expletivo não é relevante e, por isso, poderia não constar desta lista, uma vez que são vai acarretar problemas didácticos aos professores, ainda que o mesmo exista noutras línguas, como o Inglês, por exemplo [“It rains cats and dogs”; “It surprises me that John came late” (Duarte 2003: 282)].

2.2.2. Predicado

A noção de predicado não é clara, como se exigia, pois está referenciado como a “função sinttica desempenhada pelo grupo verbal e pelos modificadores do grupo verbal” (TLEBS 2002: B4.3.2.), dando como exemplo as frases: “O João [pos os livros na estante ontem]”; “[Surpreende-me] que a Teresa tenha mentido”; “O João

[está doente], infelizmente”; e “[É óptimo] que possas vir à festa” (*ibidem*). Se, contudo, nas frases 2, 3 e 4 não parece haver qualquer dúvida quanto ao predicado, o mesmo já não se passa na primeira frase. Ora, “pôr” é um verbo trivalente, que exige o preenchimento de três lugares vazios, o A1 (sujeito tradicional), o A2 (complemento directo tradicional) e o A6 (actante direcciona). O advérbio adjunto de tempo “ontem” não preenche qualquer lugar vazio do verbo “pôr”, logo não é um actante, mas apenas um circunstante de tempo, ou, na designação da TLEBS, um complemento adverbial. Deste modo, o predicado da primeira frase não é “pôs os livros na estante ontem”, mas apenas “pôs os livros na estante” (Vilela e Busse 1986: 35-54).

2.2.3. Predicativo do Sujeito

Outro assunto não menos problemático é o predicativo do sujeito, que é caracterizado como a “função sintáctica desempenhada pelo constituinte seleccionado por verbos copulativos, que predica algo acerca do sujeito e que selecciona o sujeito. O predicativo do sujeito pode ser um grupo nominal [“O João é [professor de Matemática]”], um grupo adjectival [“os alunos estão [muito interessados]”], um grupo preposicional [“A Joana ficou [na escola]”], ou um grupo adverbial [“A minha casa é [aqui]”]” (TLEBS 2002: B4.3.5.1).

Não creio, porém, que haja muitos linguistas e gramáticos a defender esta teoria nem os exemplos apresentados. Se, na primeira frase (“O João é [professor de Matemática]”) e na frase dois (“os alunos estão [muito interessados]”), o verbo “ser” e o verbo “estar” são efectivamente copulativos, e, portanto, exigem predicativo do sujeito (“professor de Matemática” e “muito interessados”), na quarta frase (“A minha casa é [aqui]”) há uma alteração sintáctico-semântica, transformando-se o mesmo num verbo locativo (que não existe na TLEBS) e exigindo, por isso, um A5 (actante locativo), ou um complemento adverbial. O mesmo acontece na terceira frase (“A Joana ficou [na escola]”), em que o grupo preposicional “na casa” é também o actante A5 (Vilela e Busse 1986: 37-38), ou na TLEBS um complemento preposicional.

Por complemento preposicional, entende Inês Duarte tratar-se de uma “função sintáctica de um grupo preposicional seleccionado como complemento pelo verbo da frase em causa e que não pode ser substituída pelo pronome pessoal na sua forma dativa (“lhe”, “lhes”)” (TLEBS 2002: B4.3.3.3). Como exemplo de complemento preposicional, Inês Duarte apresenta a frase “O João foi [a Nova

Iorque]” (*Ibidem*).

Também parece haver contradição entre os exemplos de predicativo de sujeito e o que Inês Duarte refere sobre o modificador: “função sintáctica desempenhada por constituintes não seleccionados pelo núcleo do grupo sintáctico que modificam” (TLEBS 2002: B4.3.4) e, entre outros, dá exemplo “o médico está [aqui]” (*ibidem*).

Sobre este assunto, Lindley Cintra e Celso Cunha referem que

os verbos de ligação (ou copulativos) servem para estabelecer a união entre duas palavras ou expressões de carácter nominal. Não trazem propriamente ideia nova ao sujeito; funcionam apenas como elo entre este e o seu predicativo. Como há verbos que se empregam como copulativos, ora como significativos, convém atentar sempre no valor que apresentam em determinado texto a fim de classificá-los com acerto. Comparem-se, por exemplo, estas frases:

Estavas triste	Estavas em casa.
Andei muito preocupado.	Andei muito hoje.
Fiquei pesaroso.	Fiquei no meu posto.
Continuamos silenciosos.	Continuamos a marcha.

Nas primeiras, os verbos *estar*, *andar*, *ficar* e *continuar* são verbos de ligação; nas segundas, verbos significativos (Cunha & Cintra 1987: 134-135).

Ainda mais estranho é o facto de ser a própria autora, Inês Duarte, na *Gramática da Língua Portuguesa*, a excluir os complementos adverbiais e preposicionais do Predicativo de Sujeito, apenas aceitando adjetivos, nomes simples, nomes indefinidos e expressões nominais qualitativas (Duarte 2003: 291).

3. Conclusão

Procurámos contextualizar a necessidade de criação de uma nova terminologia linguística quer por parte de professores de Português quer pelos organismos governamentais. No entanto, perante muitos problemas didácticos sentidos pelos docentes de Português e de Língua Portuguesa nos ensinos básico e secundário, procurámos expor alguns pontos menos consensuais ao nível da classe de palavras e da sintaxe. Alguns desses problemas são insolúveis, a menos que venham a ser rapidamente revistos, especialmente os conceitos de predicado e de predicativo do sujeito.

Há outros pontos de discórdia entre os linguistas e os autores da TLEBS, que merecem também, noutro tempo e noutro espaço, uma reflexão apurada, em particular

os tempos e modos verbais, o complemento directo e indirecto, bem como certos complementos aceites por todos e que agora foram suprimidos ou redenominados, como, por exemplo, o determinativo.

As lacunas são muitas e estranha-se, no mínimo, que alguns dos linguistas que mais têm trabalhado em prol da língua portuguesa, como, por exemplo, Mário Vilela e Malaca Casteleiro, com obra gramatical publicada, não façam parte da equipa que elaborou a TLEBS.

Esperamos, por isso, que esta nossa reflexão possa ajudar a, de acordo n.º 5 da Portaria n.º 1.488/2004, de 24 de Dezembro, e o n.º 4 da Portaria n.º 1.147/2005, de 8 de Novembro, procederem-se às alterações convenientes e a TLEBS seja, como se espera, um bom instrumento de trabalho.

Referências Bibliográficas

- Casteleiro, João Malaca (1982): “Análise Gramatical dos Advérbios de Frase”. In: *Biblios*. LVIII: 99-110.
- Cunha, Celso & Cintra, Lindley (19874): *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Duarte, Inês (2003): “Relações Gramaticais, Esquemas Relacionais e Ordem das Palavras”. In: *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho: 275-321.
- Fernandes, Gonçalo (1996): *Partículas Discursivas e Modais: do Latim ao Português*, Dissertação de Mestrado. Porto: Edição do Autor, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Fernandes, Gonçalo (1998): “Partículas Discursivas do Português”. In: *Anais da UTAD: Revista de Letras: Linguística, Literatura e Didáctica*, n.º 2, vol. 8, n.º 1. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 83-93.
- Franco, António (1988): “Partículas Modais da Língua Portuguesa. Relances Contrastivos com as Partículas Alemãs”. In: *Revista da faculdade de Letras do Porto. Línguas e Literaturas*, II Série, Vol. V, Tomo 1: 137-156.
- Franco, António (1990): “Partículas Modais do Português”. In: *Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas*, II Série, Vol. VII, Porto: 175-196.
- Franco, António (1991): *Descrição Linguística das partículas modais no Português e no Alemão*. Coimbra: Coimbra Editora, Colecção Linguística «Coimbra Editora», nº 5.
- Ministério da Educação: Portaria n.º 1147/2005, de 8 de Novembro.
- Ministério da Educação: Portaria n.º 1488/2004, de 24 de Dezembro.
- Paulo, Cristina (2005): Circular n.º 14/2005, de 14 de Novembro.
- Schmidt-Radefeldt, Jürgen (1993): *Partículas Discursivas e Interaccionais no Português e*

-
- no Espanhol em contraste com o Alemão”. In: *Semiótica e Linguística Portuguesa e Românica. Homenagem a José Gonçalo Herculano de Carvalho*. Tübingen: Gunter Narr Verlag: 63-78.
- Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário* (2002). CD-ROM. Ministério da Educação, Departamento do Ensino Secundário. PRODEP III.
- Vilela, Mário (1995): *Gramática da Língua Portuguesa: Gramática da Palavra, Gramática da Frase, Gramática do Texto*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Vilela, Mário e Busse, Winfried (1986): *Gramática de Valências*. Coimbra: Livraria Almedina.